

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V - Nº 995 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 1999

Senado limita prazo de vigência e proíbe a reedição de MPs

Após longo debate, o plenário aprovou, por 70 votos a dois, proposta de emenda constitucional que altera o prazo de validade e a forma de votação de medidas provisórias. Matéria voltará à apreciação da Câmara



O senador José Fogaça, autor do substitutivo, defendeu o prazo máximo de 120 dias para votação de MPs e garantiu que não há, na proposta, ameaça ao exercício da Presidência da República

Um debate com a participação de 18 senadores precedeu ontem a aprovação da emenda constitucional que muda as regras das medidas provisórias. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, destacou, ao final, a "atitude afirmativa do Congresso".

PÁGINA 3

AS MUDANÇAS VOTADAS PELO PLENÁRIO

As medidas provisórias passam a ter vigência de 60 dias, prorrogáveis por no máximo outros 60 dias.

Ao final dos primeiros 45 dias, a MP passa a ter prioridade sobre as demais matérias na pauta de votações.

Se a votação não ocorrer até o 60º dia, a MP poderá ser prorrogada por igual período, mas continuará sobrestando a pauta.

Se, após 120 dias, não for votada de forma separada pela Câmara e pelo Senado, a MP perderá a eficácia, inclusive os efeitos dela decorrentes desde a sua edição.

Não será admitida a reedição.

SENADORES APRECIARAM MAIS DE DUAS MIL MATÉRIAS NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS

PÁGINA 5



Ex-funcionário do Indesp fala à CAS, ao lado de Osmar Dias e Heloisa Helena

CAS OUVI NOVAS DENÚNCIAS SOBRE LIBERAÇÃO DE BINGOS

PÁGINA 5



Projeto de Bornhausen, aprovado ontem pela CCJ, caracteriza violações de direitos e garantias como abuso de autoridade

CCJ define casos de abuso de autoridade

PÁGINA 6

Interlegis encerra seminário nacional

Encontro marcou o lançamento do portal do Legislativo brasileiro na Internet, que, para o presidente do Senado, será "uma alavanca a mais no fortalecimento da democracia"

Por meio de videoconferência que ligou Brasília a Salvador, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao lado do primeiro-secretário, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), participou ontem da cerimônia de encerramento do I Seminário Nacional Interlegis, iniciado na capital baiana na segunda-feira. Da Bahia, o primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), juntamente com a diretora do Prodasen, Regina Peres Borges, coordenou o evento, que teve ainda a partici-

pação do presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP). A Interlegis é o portal do Legislativo brasileiro na Internet, interligando as casas legislativas do país e fornecendo ao público informações sobre suas atividades.

— Eu queria dizer a todos os municípios brasileiros, as capitais do nosso país, que esse programa começa hoje e está fadado ao êxito total. Nós vamos nos esforçar para que ele seja uma alavanca a mais para o fortalecimento da democracia no Brasil — declarou Anto-

nio Carlos no gabinete da presidência do Senado.

Na Câmara, Temer destacou a importância da iniciativa do Senado, que pretende interligar todas as câmaras de vereadores e assembleias legislativas ao Congresso Nacional, como forma de integração dos poderes legislativos de todo o país. O senador Geraldo Melo destacou a sensibilidade demonstrada pelo presidente do Senado no sentido de incentivar e viabilizar as condições para a instalação da Interlegis.

— O Legislativo ficará cada vez mais forte para enfrentar os demais poderes, não no confronto, mas na harmonia e com a independência que jamais nos faltou ou faltará para que permaneça como um poder indispensável na ordem democrática do Brasil — disse o presidente do Senado.

Durante a videoconferência, Antonio Carlos agradeceu a contribuição de Melo e Ronaldo Cunha Lima na implantação do programa, além da participação do presidente da Câmara no evento.

Congresso vai promulgar extinção de juizes classistas

A Câmara dos Deputados aprovou ontem proposta de emenda constitucional que extingue a figura do juiz classista na Justiça do Trabalho. A matéria, um substitutivo apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), foi aprovada em maio pelo Senado e agora vai à promulgação pelo Congresso.

Pelo texto aprovado, os atuais ministros e juizes classistas temporários do Tribunal Superior do Trabalho, dos tribunais regionais e das juntas de Conciliação e Julgamento poderão cumprir seus mandatos integralmente. Ao final, estes cargos serão ocupados por ministros e juizes togados e vitalícios.

Biblioteca lança série sobre os parlamentares gaúchos

A Biblioteca do Senado promove hoje, às 11h, o lançamento nacional da série *Perfis Parlamentares Gaúchos*, uma coletânea com textos de personagens políticos gaúchos, como Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura e Flores da Cunha.

Na mesma ocasião, a Biblioteca faz

a abertura da exposição fotográfica *O Rio Grande dos Anos 20: Homens Políticos e suas Revoluções*, que permanecerá aberta à visitação pública até o dia 15 de dezembro. A iniciativa tem o apoio do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e do presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado Paulo Odone Ribeiro.

Freitas fala na TV sobre a situação das rodovias

Pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Transportes mostra que, dos 42,8 mil quilômetros de rodovias avaliados em todo o país, 77,5% estão em estado péssimo, ruim ou deficiente. Isso equivale a 33,3 mil quilômetros. A situação é pior nas regiões mais pobres do país, em especial no Nordeste.

Esse é o tema da entrevista do senador Freitas Neto (PFL-PI) que vai ao ar hoje, às 8h30 e às 20h30, na TV Sena-



do. O senador ressalta que os dez piores trechos, dos 63 pesquisados, estão na região Nordeste. Ele diz, ainda, que 8,4 mil quilômetros em bom estado de conservação e 1,2 mil em ótimo estado estão nas rodovias privatizadas, a maior parte delas nas regiões Sudeste e Sul. Essa melhor condição, porém, deve-se a pedágios cujas taxas são consideradas exageradas pela CNT, observou o senador.

Antonio Carlos manifestou esperança de melhores perspectivas para o país no ano 2000



ACM elogia presidente do BC em lançamento de livro

Durante o lançamento ontem do livro *O Dinheiro Brasileiro – Desde a Criação do Banco Central do Brasil*, no Salão Negro do Senado, o senador Antonio Carlos Magalhães elogiou a atuação do presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga. Ele afirmou que, graças ao trabalho, empenho e competência do presidente do banco, "entraremos no ano 2000 com melhores perspectivas para o Brasil e para o povo brasileiro, nos campos econômico e financeiro". Antonio Carlos disse ainda que o Senado tem se empenhado em apoiar as iniciativas requeridas pelo BC nas modificações das leis, "mas sem esquecer das prerrogativas do Legislativo".

O livro, qualificado pelo senador como "um primor do ponto de vista gráfico", apresenta a história das mais variadas formas e composições do dinheiro naci-

onal. O trabalho, desenvolvido pelo Banco Central e impresso pelo Senado, contém 480 páginas com ilustrações de primeira qualidade sobre as moedas e cédulas que circularam em nosso país a partir do cruzeiro, criado em 1942.

Na solenidade, o presidente do BC, Armínio Fraga, destacou que o livro é um dos trabalhos mais importantes realizados pelo banco sobre as várias moedas brasileiras. Fraga, no entanto, se disse um pouco "constrangido", porque a edição o faz lembrar a história do período em que a nação conviveu com altos índices inflacionários. Ele agradeceu ao Senado, ao conselho editorial, aos servidores envolvidos na edição do livro e ao senador Antonio Carlos Magalhães pelo apoio e incentivo à cultura nacional, através do lançamento de *O Dinheiro Brasileiro*.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
11h — Sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
15h — Solenidade de lançamento do Programa Nacional de Eletrificação Rural — Luz no Campo — Salão Oeste do Palácio do Planalto

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 104/96, que dispõe sobre a redução de despesas cartorárias com as escrituras públicas e os registros imobiliários para a aquisição de imóvel construído pelo sistema de mutirão nos programas habitacionais para famílias de baixa renda; *PLC nº 57/97, acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos; *PDL nº 21/99, que aprova o texto do Convênio de Cooperação Educativa, celebrado entre o Brasil e a Argentina; e *PDL nº 220/99, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Universidade do Tocantins (Unitins) para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmas (TO).

COMISSÕES

9h30 — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: entre outros itens, *PLC nº 80/96, que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; e *PLS nº 590/99, altera a Lei nº 5.917/73, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação BR-433. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: entre outros itens, *PL nº 59/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos ministérios da Educação, Justiça e Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 32,8 milhões, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente; *PL nº 69/99-CN, que abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos poderes Legislativo e Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 138,9 milhões, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos; *PL nº 79/99-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 1,2 bilhão para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento; *PL nº 50/99-CN, que abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 5,9 milhões; *PL nº 68/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 124,9 milhões; *PL nº 82/99-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$ 4 bilhões, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento; *PL nº 51/99-CN, que abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos, crédito suplementar no valor global de R\$ 6,2 milhões, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos; *PL nº 70/99-CN, que abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 4 milhões, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente. Plenário nº 2 do Anexo Luís Carlos Magalhães da Câmara dos Deputados

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: **Antonio Carlos Magalhães**
1º Vice-Presidente: **Geraldo Melo**
2º Vice-Presidente: **Ademir Andrade**
1º Secretário: **Ronaldo Cunha Lima**
2º Secretário: **Carlos Patrocínio**
3º Secretário: **Nabor Júnior**
4º Secretário: **Casildo Maldaner**
Suplentes de Secretário: **Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho**
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: **Agaciel da Silva Maia**
Secretário-Geral da Mesa: **Raimundo Carreiro Silva**
Diretor da Sec. de Comunicação Social: **Fernando Cesar Mesquita** (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: **Helival Rios** (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: **Flávio de Mattos** (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: **José do Carmo Andrade** (61) 311-3327
Editor-Chefe: **João Carlos Ferreira da Silva**
Editores: **Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa**
Diagramação: **Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda**
Revisão: **Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Menezes**
Fotos: **Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Luiz e Jane Araújo**
Arte: **Cirilo Quartim**

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: **Praça dos Três Poderes**
Edifício Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Vedada reedição de MPs na mesma sessão legislativa

O Senado decide limitar em 120 dias o prazo para vigência das medidas provisórias. Se elas não tiverem sido votadas separadamente pelos deputados e senadores dentro desse período, perderão a eficácia desde a sua edição

Por 70 votos a dois, o Senado aprovou ontem, em segundo turno, proposta de emenda constitucional que muda o prazo de validade e a forma de votação das medidas provisórias, dando-lhes vigência de 60 dias, prorrogáveis por mais 60. Se ao final de 120 dias a MP não tiver sido votada pela Câmara e pelo Senado, perderá eficácia desde sua edição. A proposta proíbe a reedição, na mesma sessão legislativa, de MP rejeitada ou que tenha perdido a eficácia por decurso de prazo.

O texto aprovado foi o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) à iniciativa já votada na Casa e posteriormente modificada pelos deputados. Agora, a matéria volta à apreciação da Câmara.

Atualmente, a MP tem validade de 30 dias, mas o presidente da República as reedita mensalmente, estando algumas em vigor há seis anos. A proposta votada ontem estabelece que, 45 dias depois de editada, a MP passará à frente de todos os outros projetos em exame no Legislativo, com total prioridade de deliberação.

José Fogaça explica que regras não valem para medidas em tramitação

Ao defender seu substitutivo à emenda que trata da edição de medidas provisórias, o senador José Fogaça sustentou que o prazo de 120 dias para votar uma MP "é mais que razoável". Ele disse que o presidente da República não estará sendo tolhido na sua capacidade de editar MPs.

— Não há ameaça ao exercício da Presidência,

disse Fogaça. O presidente continuará com seu poder para editar medidas provisórias em casos de relevância e urgência — sustentou o relator da proposta de mudança constitucional.

Fogaça explicou que os novos prazos para votação de MPs não atingirão as medidas provisórias que hoje tramitam no Congresso, valendo só para aquelas editadas após a mudança. Ele já verifi-



A proposta em nada ameaça o exercício da Presidência, diz Fogaça

Caso os deputados ou senadores não consigam terminar a votação até o 60º dia de sua edição, a MP ganhará outros 60 dias de vigência e continuará sobrestando todas as outras matérias em discussão.

Os senadores discordaram das emendas feitas na Câmara por entenderem que elas permitiriam que uma Casa afetasse a autonomia da outra, mediante o mecanismo de obstrução da pauta, pois Câmara e Senado deveriam se reunir numa sessão do Congresso para examinar uma MP. Se, por exemplo, os deputados não concordassem em votar uma MP, os senadores também não poderiam votá-la.

Outra dificuldade apontada pelo relator consistia no fato de que, se a Câmara derrubasse uma MP na sessão conjunta do Congresso, os senadores ficariam tolhidos em seu direito de se manifestar sobre a matéria. Por isso, o relator propôs no substitutivo que as votações de medidas provisórias sejam feitas separadamente pela Câmara e pelo Senado.

cou o que deve ser alterado nos regimentos do Senado e da Câmara para adaptação à mudança constitucional, caso seja aprovada pelos deputados.

Depois de lembrar que o instituto da MP foi copiado da legislação da Itália, país parlamentarista, Fogaça afirmou que o Brasil é "o único país presidencialista do mundo" com esse instrumento legislativo. "Assim como não se tem no mundo medida provisória em regime presidencialista, nós também não temos aqui a possibilidade de o presidente da República dissolver o Congresso e convocar eleições."

Fogaça elogiou a vontade política do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que a matéria fosse votada pelos senadores. "Estamos dando um pequeno grande passo no aperfeiçoamento democrático brasileiro", opinou.

tário para a proibição total, daqui a um, dois anos", das MPs.

— É uma atitude afirmativa do Congresso, da sua autoridade. O governo não pode governar exclusivamente por medidas provisórias — assinalou.

Antonio Carlos informou que vai conversar com o presidente da Câmara, Michel Temer, para garantir a aprovação da matéria, sem emendas, naquela Casa. Uma comissão de deputados e senadores seria constituída "para que isso ocorra o mais breve possível, talvez na convocação extraordinária".



Dezoito senadores, além do presidente do Senado e do relator da matéria, participaram da discussão sobre o substitutivo de José Fogaça

Aprovação é precedida de longo e animado debate

Além do presidente do Senado e do relator da proposta, 18 senadores manifestaram-se sobre o substitutivo que fixa nova disciplina para a edição das medidas provisórias. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou ser contrário à proposta, mas afirmou que votaria a favor para que o instrumento da MP não permaneça da forma como vigora atualmente. Ele considerou um exagero o presidente da República dizer que essa regulamentação vai amarrar o governo.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que, nos últimos 11 anos, o Congresso abdicou de suas prerrogativas ao aceitar as medidas provisórias como elas estavam disciplinadas. "O Executivo editou e reeditou medidas como quis, num total de 4.026. Enquanto isso, o Legislativo votou apenas 2.176 leis", lamentou.

José Eduardo Dutra (PT-SE) reconheceu que essa não era a proposta ideal, mas ressaltou que "nessa questão o ideal talvez seja inimigo do razoável". Ele anunciou seu voto favorável, mas insurgiu-se contra as declarações feitas sobre o assunto pelo presidente da República. Para ele, elas "tiveram o claro objetivo de pressionar o Legislativo".

Só muita dialética pode explicar a posição do presidente Fernando Henrique contrária a essa votação, argumentou a senadora Marina Silva (PT-AC), que também disse ver com alegria o presidente do Senado afirmar que, "quando a governabilidade de um país se assenta sobre medidas provisórias, essa governabilidade não está existindo".

Pensamento semelhante manifestou o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), salientando que, quando o Congresso não consegue impedir um país de ser governado por meio de MPs, não cumpre seu papel. "O Congresso não pode ficar de joelhos ante o Executivo. Vamos dizer sim à democracia e não àqueles que querem transformar o Legislativo num

apêndice do Executivo", pregou ele.

Observando que a Assembléia Constituinte substituiu o decreto-lei por um instrumento bem pior, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que a sociedade não aceita mais a sucessão de MPs reeditadas e jamais votadas. "A sociedade quer saber por que não rejeitamos, por que não modificamos, por que não votamos", argumentou ele.

Para o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), o presidente da República cometeu uma desconsideração com o Congresso quando declarou que os limites impostos por esse substitutivo criam dificuldades para governar. Para ele, o texto aprovado pelo Senado é acima de tudo um estímulo para que o Legislativo atue com celeridade. O senador Roberto Freire (PPS-PE) considerou o momento adequado para o Legislativo fazer uma profunda autocrítica sobre seu dever de legislar. "Quando se criticava o Executivo, eu sempre dizia que essa era uma responsabilidade do Legislativo", afirmou.

Frisando que a utilização de MPs foi prática em todos os governos desde 1988, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) listou a média mensal de MPs editadas por cada governante — José Sarney, 5,42; Fernando Collor, 2,92; Itamar Franco, 7,35; e Fernando Henrique Cardoso, 3,33. Testemunhou que, tendo diagnosticado que a Constituição era parlamentarista para um sistema de governo presidencialista, Sarney foi coerente ao envidar todos os esforços para enxugar o texto constitucional.

Relator na Assembléia Constituinte, Bernardo Cabral (PFL-AM) enumerou as razões que a levaram a aprovar a MP. Lembrou que alguns constituintes, impulsionados por ministros, fizeram com que o parlamentarismo fosse derrubado para agradar a Presidência da República. Também lembrou que, na ocasião, José Fogaça (PMDB-RS) alertara que a Constituição ficaria caolha.

Anunciando o seu voto favorável, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ter esperança de que um dia o Legislativo votará definitivamente a eliminação desse instrumento que ele considera autoritário. Para ele, os congressistas caminharão com mais velocidade para a eliminação da MP "se fizerem uma autocrítica sobre sua omissão".

A senadora Heloisa Helena (PT-AL) anunciou que gostaria muito de estar votando não o disciplinamento, mas o fim das MPs. Em sua opinião, talvez chegue o dia em que cada integrante do Legislativo refletirá sobre como tem agido, legislado e sobretudo fiscalizado o Executivo, ato que constitui sua mais nobre tarefa.

Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que a mudança realizada pelo Senado é muito mais do que o governo poderia esperar. "Eu acho que o presidente Fernando Henrique deveria estar feliz com essa proposta. Estamos dando a possibilidade de vigência da medida provisória por mais 60 dias, o que soma 120 dias de tramitação", comentou.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) relatou a preocupação do presidente Fernando Henrique com a interpretação que o Senado estava dando às suas declarações. Ele disse que os temores de FHC estão relacionados com o risco de que o Congresso demore até quatro meses para decidir uma matéria urgente para o país.

Mesmo elogiando o trabalho do relator, Paulo Hartung (PPS-ES) alertou que esse não é um avanço que possa induzir alguém a soltar foguetes. "Não é o momento em que estamos resolvendo um grave problema do país. No fundo, precisamos ter um regime presidencialista coerente", sustentou.

Sérgio Machado (PSDB-CE) disse que toda a discussão suscitada o deixou mais convencido da necessidade da reforma política. "Não estaríamos aqui discutindo se tivéssemos partidos de fato e não partidos cartoriais. A prorrogação de MPs não estaria acontecendo se os partidos assumissem suas posições de fato", disse ele.

O líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), referiu-se a críticas segundo as quais o Congresso precisa se modernizar e deixar de ser vago no trato das medidas provisórias. "É preciso que se vá buscar a Constituição para ver que o presidente da República pode solicitar do Congresso urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa", lembrou ele.

Hugo Napoleão (PFL-PI) defendeu o direito de o presidente da República manifestar-se a respeito de qualquer assunto, entre eles o instituto da medida provisória. "Admito até que se discorde do presidente da República, que não se goste pessoalmente dele, mas reconheço o direito de ele dizer o que pensa." E informou que toda a bancada do PFL decidira votar a favor da proposta.

Para ACM, Congresso "afirmou autoridade"

Ao final da votação em que foram aprovadas as novas regras para a edição de medidas provisórias, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, celebrou o fato de que essa foi uma votação em que não houve conflitos partidários.

— Quero dizer que acho que nessa votação não houve problemas partidários nem ideológicos. Houve o prestígio, que era indispensável, do Congresso, e em particular do Senado — destacou.

Ao deixar o plenário, Antonio Carlos Magalhães disse que a aprovação do substitutivo José Fogaça, regulamentando a edição de medidas provisórias, "é um es-

Autorização de endividamento fica mais fácil para estados

Foi aprovado ontem projeto de resolução do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) destinado a simplificar os trâmites burocráticos enfrentados por governos estaduais e prefeituras para conseguir do Senado autorização para endividamento. Ficou decidido que, para a instrução dos pleitos de operações de



Maldaner, autor do projeto que simplifica trâmites burocráticos

crédito, os tribunais de Contas emitirão certidões relativas ao "último exercício analisado" e não mais ao "último exercício", como é exigido agora. O projeto ainda será votado em turno suplementar.

A Resolução nº 78/98 do Senado exige que governos e prefeituras apresentem ao Banco Central comprovante dos tribunais de Contas atestando que cumpriram várias exigências legais, inclusive que destinaram à educação 25% de suas receitas. Os senadores entenderam, contudo, que essa resolução leva o Banco Central a achar que a certidão exigida deve ser necessariamente referente ao exercício anterior, o que torna difícil o atendimento dessa exigência.

Muda tratado de cooperação e comércio com o Uruguai

O Senado aprovou ontem protocolo adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio sobre Atividades Empresariais celebrado entre o Brasil e o Uruguai. O documento facilitará a circulação de empresários nos dois países, permitindo que acompanhem seus negócios e investimentos.

Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) se o Mercosul fosse uma associação consolidada, não haveria a necessidade de assinar um acordo para assegurar que empresários tenham facilidade para residir num país onde tenham negócios. "Gostaria que os trabalhadores das três Américas pudessem escolher o país em que desejassem trabalhar", afirmou.

Simon não aceita Teresa Grossi na diretoria do BC

Eventual indicação da atual chefe da Fiscalização para o lugar de Luiz Carlos Alvarez seria provocação ao Senado, alerta o parlamentar

A possível indicação de Teresa Cristina Grossi Togni para a diretoria de Fiscalização do Banco Central foi considerada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) como "um desafio, uma provocação ao Senado Federal". Ele solicitou ao presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, que interceda junto ao presidente da República para que a indicação não seja feita. "Esta senhora não pode ser indicada. Se for, vai ser rejeitada", afirmou. Teresa Grossi, atual chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central, estaria sendo cogitada para o lugar de Luiz Carlos Alvarez, que se demitiu após entrevista em que atacou o relatório final da CPI do Sistema Financeiro denominando-o de "lixo".

Simon deu vários argumentos para justificar a rejeição ao nome da funcionária do BC. Na 4ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal tramitam duas ações por improbidade administrativa, "mas estou informado de que ela estaria arrolada em outras duas ações, num total de quatro processos", disse.

O relatório da CPI sobre o socorro aos bancos Marka e FonteCindam, lembrou



Simon afirmou que Teresa Grossi responde a processos por improbidade administrativa

o senador, recomenda ao Ministério Público Federal a responsabilização civil e criminal dos servidores da fiscalização do BC por terem agido contra a obrigação legal de liquidar o Marka, por permitirem que o banco fizesse transferências ao exterior e por terem tentado dar aparência de legalidade a operações financeiras que não a tinham. No comando da área de fiscalização durante a mudança cambial de janeiro de 1999, acrescentou, "teria partido dela a

decisão de socorrer os tamboretas Marka e FonteCindam, contra recomendações de fiscais do BC, que queriam a liquidação". A operação resultou em prejuízo de R\$ 1,7 bilhão para a União, conforme o relatório final da CPI.

Simon referiu-se também à participação de Teresa Grossi na elaboração de uma carta em que a Bolsa de Mercadorias & Futuros solicitava que o BC socorresse os dois bancos. "Foi comprovado pela CPI que essa carta foi acertada entre o BC e a BM&F. Isso é falsidade ideológica", enfatizou.

Outro argumento do senador foi o de que "conhecedores dos meandros do BC" dizem que Teresa Grossi é muito ligada a Alvarez. "Será que ela também acha que o nosso relatório é um lixo?", questionou. Segundo o sindicato dos funcionários do BC, completou o senador, a possível indicada lidera um processo de desmonte da fiscalização do BC e teria inspirado a redução de 10 para 4 no número de delegacias regionais. "Para controlar nada menos que 21 estados, escolheu a delegacia de Minas Gerais, de onde ela é oriunda", disse Simon.

Diamantina é Patrimônio da Humanidade

O Comitê de Patrimônio da Unesco, composto por representantes de 21 países e sediado em Marrakesh, no Marrocos, decidiu, ontem, elevar a cidade de Diamantina, em Minas Gerais, à condição de Patrimônio Cultural da Humanidade, igualando-a a cidades como Ouro Preto e Brasília. O anúncio foi feito pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), que também revelou a escolha de duas regiões brasileiras

para receberem o título de Patrimônio Natural da Humanidade.

Segundo Francelino, as regiões escolhidas pelo Comitê de Patrimônio da Unesco são a chamada Costa do Descobrimento, abrangendo uma unidade de conservação e dois parques, dentre eles o Parque do Monte



Francelino: duas regiões brasileiras serão declaradas como Patrimônio Natural

Pascoal, e os parques nacionais de Iguape, Cananéia e Peruíbe, localizados na divisa entre os estados do Paraná e de São Paulo.

Escritura de casa popular deverá custar menos

O Senado votará na sessão deliberativa de hoje, que começará às 10 horas, projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados que reduz despesas em cartórios com as escrituras públicas e os registros para a aquisição de imóvel construído pelo sistema de mutirão nos programas habitacionais para famílias de baixa renda. A matéria recebeu parecer favorável do relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), e foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ). A discussão é em turno único. Também está na Ordem do Dia

de hoje projeto da Câmara que estende aos cartórios de notas os procedimentos que já são utilizados pelos cartórios de registros (de imóveis, de títulos e documentos e de pessoas jurídicas e das pessoas naturais), no que diz respeito à abertura, numeração, autenticação e encerramento dos seus livros. A matéria, que tem como relator o senador Jefferson Péres (PDT-AM), será discutida em turno único.

O plenário do Senado vai se pronunciar também sobre o texto do convênio de cooperação educativa celebrado entre os governos brasileiro e argentino,

em Brasília, em 10 de novembro de 1997. O parecer do relator, senador Lauro Campos (PT-DF), é pela aprovação da matéria. A discussão também é em turno único.

O último item da Ordem do Dia é a discussão em turno único do projeto de decreto legislativo que outorga a permissão à Fundação Universidade do Tocantins (Unitins) a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmas, capital de Tocantins. O relator, senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), é favorável à aprovação da matéria.

Comissão de Orçamento vota créditos para órgãos públicos

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se hoje, às 10h, para votar, entre outras matérias, projeto que abre ao Orçamento da Seguridade da União crédito suplementar de R\$ 4,016 bilhões para o Ministério da Previdência e Assistência Social. A proposta destina a maior parte dos recursos – R\$ 2,9 bilhões – para o INSS compensar perdas decorrentes do atraso na aprovação da emenda constitucional que prorrogou e aumentou a alíquota da CPMF. No mesmo projeto, há a destinação de R\$ 433,6 milhões para uma série de despesas da autarquia, incluindo o pagamento de benefícios previdenciários.

A comissão, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), analisa também proposta que abre crédito de R\$ 1,2 bilhão para aquisição, pelo Fundo Nacional de Saúde, Fundação Oswaldo Cruz e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, de matérias-primas e importação e produção de materiais especiais, insumos e medicamentos essenciais ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Na mesma reunião, a comissão aprecia projeto que abre crédito para a empresa Petrobras Internacional (Braspetro) no valor de R\$ 1,3 bilhão. Parte dos recursos será alocada, entre outras destinações, para o reordenamento da carteira de investimentos diretos da Petrobras e para a continuidade das obras do gasoduto Brasil-Bolívia.

Sai hoje a decisão sobre convocação de Eliseu Padilha

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CSI) reúne-se hoje, às 9h30, para deliberar sobre requerimento do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que convida o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, a prestar esclarecimentos acerca dos procedimentos de liberação de precatórios no Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER).

Presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), a comissão analisa, ainda, projeto que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a laçararem bujões e requalificá-los. A comissão apreciará, também, o projeto que inclui na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal a BR-443, e o que altera a descrição da BR-156 constante da Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação.

Senado apreciou 2.327 matérias em quatro anos

Entre as propostas aprovadas desde janeiro de 1996, incluem-se a reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos, as reformas administrativa e da Previdência e o novo Código de Trânsito

O plenário do Senado apreciou 2.327 matérias nos últimos quatro anos: 1.864 aprovadas e 463 arquivadas, desde janeiro de 1996, caracterizando um período de intensa atividade legislativa na Casa. Entre as propostas aprovadas, incluem-se algumas que mudaram a face do país, como a reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos, as reformas administrativa e da Previdência, ou, ainda, o novo Código de Trânsito.

A reeleição e as reformas estão no elenco das emendas constitucionais aprovadas pelo plenário da Casa neste quadriênio, mas as outras não são menos importantes: efeito vinculante das decisões do Supremo; limitação da edição de medidas provisórias; alteração do regime jurídico dos militares; restrição às imunidades parlamentares; inclusão da moradia entre os direitos fundamentais do cidadão e revogação do limite de 12% da taxa anual de juros.

O Senado também votou a extinção da figura do juiz classista; criação de juizados especiais na Justiça Federal; aplicação às ações trabalhistas do meio rural de prazos de prescrição vigentes para trabalhadores urbanos; fixação de nova alíquota da CPMF; ajuste da Constituição à criação do Ministério da Defesa; explicitação dos poderes de investigação das comissões parlamentares de inquérito; criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério; admissão de docentes estrangeiros por universidades brasileiras e autonomia das entidades de pesquisa.

Além dos dois códigos mencionados, inúmeros projetos de legislação ordinária e complementar aprovados pelos senadores nesses últimos quatro anos merecem destaque. São exemplos a Lei de Patentes; a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação; a Lei Geral de Telecomunicações; a Lei Pelé; a regulamentação dos planos de saúde; a criação das agências nacionais de Petróleo, de Energia Elétrica e de Telecomunicações, e a aprovação do acordo de US\$ 41,5 bilhões com o FMI.

Entre essas matérias, também merecem destaque a tipificação da falsificação de remédios como crime hediondo; a instituição do serviço civil obrigatório; a obrigatoriedade de fixação do nome genérico da substância nos rótulos de remédios; a criação do programa de proteção a testemunhas; a demissão de servidores estáveis por excesso de despesa; a regulamentação da escuta telefônica; a determinação de julgamento, pela Justiça comum, de crimes dolosos cometidos por militares; a admissão do rito sumário para reforma agrária; a ampliação dos direitos dos empregados domésticos e o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Matérias votadas pelo Senado nos últimos quatro anos

(de janeiro de 1996 a novembro de 1999)

APROVADAS:	
1996	517
1997	569
1998	351
1999 (até novembro)	427
Total de matérias aprovadas	1.864
ARQUIVADAS:	
1996	135
1997	135
1998	80
1999	113
Total de matérias arquivadas	463
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	2.327

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

Matérias apreciadas pelo Senado em 1999

(de 4 de janeiro a 30 de novembro de 1999)

Projetos aprovados e enviados à sanção	52
Projetos aprovados e enviados à promulgação	228
Projetos aprovados e enviados à Câmara	81
Escolha de chefes de missões diplomáticas	30
Escolha de autoridades	28
Emendas constitucionais promulgadas	2
Emenda constitucional rejeitada	1
Emendas constitucionais enviadas à Câmara	5
Total de matérias aprovadas	427
Propostas enviadas ao arquivo	113
Total de matérias apreciadas	540

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

Ex-funcionário denuncia irregularidades e pede CPI para analisar Indesp

O funcionário da Secretaria de Fiscalização e Controle (SFC) João Elias Cardoso defendeu por três vezes, em depoimento, ontem, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar corrupção no Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp). Ele coordenava a seção de convênios da autarquia e a deixou denunciando atos irregulares.

A CPI, solicitada formalmente pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), não foi instaurada. Embora o senador tenha obtido 33 assinaturas na solicitação de abertura, sete senadores retiraram seus nomes do requerimento encabeçado pelo presidente da CAS.

A vice-presidente da comissão, senadora Heloisa Helena (PT-AL), afirmou que o depoimento de Cardoso deu a ela "ainda mais certeza da necessidade da CPI".

Em seu depoimento, Cardoso afirmou ter estranhado a Portaria 104, do Indesp, que restringia as entidades autorizadas a darem laudos de funcionamento para as máquinas caça-níqueis. A mesma portaria exigia que os fornecedores dessas máquinas fossem "representantes exclusivos de fabricante estrangeiro".

A solução encontrada, segundo o servidor da SFC, foi tirar do Indesp, uma autarquia do Ministério do Esporte e Turismo, a autonomia para a escolha. Os laboratórios, na versão final da portaria, passaram a necessitar do aval do ministério para poderem fornecer os laudos.

O funcionário também denunciou o que, para ele, são "indícios veementes"

de favorecimento político para algumas regiões brasileiras. Mostrou gráficos com informações de que, até novembro deste ano, os municípios do Paraná – estado do ministro Rafael Greca – receberam R\$ 685 mil, numa lista que, em segundo lugar, está o estado de Mato Grosso do Sul, com cerca de R\$ 300 mil.

Na distribuição para os governos



João Elias Cardoso (E) coordenava a seção de convênios do Indesp e deixou o órgão denunciando irregularidades

estaduais, disse ter encontrado outra discrepância: enquanto o Rio Grande do Norte recebeu, entre janeiro e julho deste ano, pouco mais de R\$ 16 mil, de agosto a novembro recebeu quase R\$ 4 milhões. Em segundo lugar, nesta outra lista, vinha o Rio de Janeiro, com cerca de R\$ 1,1 milhão.

Também prestou depoimento ontem o delegado da Polícia Federal Luiz Fernando Ayres Machado. Alegando, no entanto, possíveis problemas para conduzir sua apuração, com a divulgação de informações, o policial pouco disse. Ficou, no entanto, de encaminhar à comissão os autos do inquérito, do qual deve pedir segredo de Justiça.

Portaria foi feita pelo "grupo da Conab", afirma depoente

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) indagou ao ex-funcionário do Indesp, João Elias Cardoso, quem redigiu a Portaria 23 do Indesp, que, na prática, liberou a utilização de máquinas caça-níqueis no Brasil, juntamente com as máquinas de sorteio de números para as casas de bingo. Durante seu depoimento, ontem, Cardoso respondeu que a portaria foi feita pelo chamado "grupo da Conab" (Companhia Nacional de Abastecimento), composto pelo advogado Paulo Araújo (ex-procurador-geral do órgão, depois contratado pelo Indesp) e outros.

Também respondendo a Requião, o servidor, lotado na Secretaria de Fiscalização e Controle do Ministério da Fazenda, atribuiu ao "grupo da Conab" a redação da medida provisória encaminhada pelo ministro do Esporte, Rafael Greca, ao presidente Fernando Henrique Cardoso. A MP, que liberava as máquinas em todo o país, não foi assinada pelo presidente.

Para o senador, o ministro quis criar "um grande caixa de campanha" através de cobranças para licenças a casas de bingo concedidas pelo Indesp (Instituto de Desenvolvimento do Desporto). Estas licenças, segundo denunciou, chegavam a US\$ 15 mil. Mas o grupo que o ajudava, afirmou Requião, resolveu associar-se à

máfia italiana. O parlamentar acrescentou que deve ser investigado o grupo de paranaenses que se reunia no flat Parthenon, em São Paulo. Entre seus integrantes, disse o senador, está André Manfredini, já convocado para depor na CAS, e Sérgio Buffara, irmão do ex-diretor-administrativo do Indesp, Luiz Antônio Buffara.

O delegado de Polícia Federal Luiz Fernando Ayres Machado, outro depoente na CAS, confirmou à senadora Heloisa Helena as reuniões na Conab para redação das portarias. A senadora solicitou que o outro delegado da PF em São Paulo, que cuida do inquérito sobre as ramificações das máquinas caça-níqueis com a máfia, também seja ouvido pela CAS.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) quis saber se havia ligação entre as portarias suspeitas do Indesp e a máfia das máquinas caça-níqueis. Cardoso respondeu não ter dúvidas da utilização da máquina governamental e fez mais uma denúncia: após sua saída, foram contratados irregularmente os serviços da Poliedro Informática, que tem hoje mais de 15 pessoas trabalhando no Indesp.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) quis saber quem contratou a Poliedro, mas Cardoso disse ter conhecimento apenas de que a empresa pertence a Sueli Nakano, ex-funcionária do Ministério da Agricultura.

Ao final, o presidente da CAS, senador Osmar Dias, comunicou que estão convocados para depor Luiz Antônio Buffara, Paulo Araújo e Sérgio Manfredini. Na reunião de ontem estava previsto também o depoimento do jornalista Juca Kfoury, que justificou sua ausência e deve falar à CAS em breve.

Violação de direitos vira abuso de autoridade

Comissão de Justiça aprova projeto que regula processos contra detentores de cargos públicos que cometerem qualquer atentado contra garantias do cidadão, como o sigilo de correspondência e de comunicações

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), aprovou, ontem, em caráter terminativo, projeto de lei que amplia os casos considerados como abuso de autoridade conforme a Lei n.º 4.898, de 1965, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal. De autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), o projeto teve parecer favorável do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), e foi aprovado por unanimidade pela comissão.

De acordo com o projeto, passa a ser considerado abuso de autoridade qualquer atentado contra os seguintes direitos: sigilo da correspondência e de comunicações telefônicas de dados, telegráficas e por via informatizada; livre exercício de culto religioso; liberdade de criar ou dissolver associação; livre exercício de atividade e de profissão; honra, imagem, vida privada ou intimidade da pessoa; liberdade artística, intelectual e de pensamento; e garantias constitucionais do preso, investigado, acusado, réu ou condenado.

Além desses itens, o projeto também considera abuso de autoridade revelar a terceiros, ou permitir que seja revelado, fato ou informação de que a autoridade tenha ciência em razão do cargo e cujo conhecimento por terceiros viole o interesse público, os sigilos protegidos, a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. Passa a ser abuso de autoridade, segundo o projeto, a manifestação de opinião, nos meios de comunicação – por parte de magistrados, membros do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União, de autoridades policiais ou administrativas –, sobre investigação, inquérito ou processo que esteja sob seus cuidados.

O relator aceitou uma emenda do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), reti-

rando do rol dos abusos de autoridade o atentado contra o sigilo fiscal ou bancário.

De acordo com Edison Lobão, o projeto é relevante nas áreas jurídica e política, e ganha “especial legitimidade” em função de ter origem nos resultados dos trabalhos da CPI que investigou o Judiciário.

– A proposta se justifica para que se evite que autoridades submetidas em ação penal à competência originária de tribunais superiores, ou até do STF, sejam processadas e julgadas por juízes de primeira instância com base nas atuais disposições da referida lei, subvertendo todo o sistema jurídico nacional de repartição de competências – afirmou Lobão.

Segundo Jorge Bornhausen, o projeto corrige “abusos de prerrogativas e condutas omissivas nitidamente inspirados em interesses pessoais, políticos e até escusos, os quais ferem de morte a prestação jurisdicional do Estado e fragilizam tanto o Poder Judiciário e o Ministério Público”. A proposta, acrescentou o autor, pune também condutas de fiscais federais, estaduais e municipais que lançam mão de “expedientes menores para obter vantagens pessoais”.



Jorge Bornhausen é autor da proposta que amplia lei sobre crimes de responsabilidade



A CCJ aprovou parecer favorável a substitutivo da Câmara, que agora seguirá para o plenário do Senado

Eleitor que deixou de votar nas duas últimas eleições tem anistia

Serão anistiados os débitos decorrentes de multas aplicadas aos eleitores que deixaram de votar nas eleições de 3 de outubro e 15 de novembro de 1996 e nas eleições de 4 e 25 de outubro de 1998, bem como os membros de mesas receptoras que não atenderam à convocação da Justiça Eleitoral, conforme parecer favorável ao substitutivo da Câmara, aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O substitutivo será votado pelo plenário.

A CCJ examinou o substitutivo da Câmara, composto por três emendas, modificando e ampliando o projeto de lei já aprovado pelo Senado sobre a anistia de débitos decorrentes de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral. O substitutivo dos deputados suprimiu um artigo do projeto do Senado, permitindo, dessa forma, que a anistia também seja concedida aos candidatos eleitos que receberam multas em

decorrência de infrações praticadas nas eleições de 1996 e 1998.

A matéria foi aprovada com cinco votos contrários, dos senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Roberto Freire (PPS-PE), Carlos Wilson (PPS-PE), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e José Eduardo Dutra (PT-SE), e uma abstenção, do senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Os senadores que votaram contra argumentaram que a atual lei é falha e permite abusos na autuação de candidatos e eleitores, mas posicionaram-se contra a anistia das multas para não tornar a legislação inócua. Eles argumentaram que o Congresso é responsável pela atual legislação e precisa modernizá-la e votar uma lei eleitoral definitiva.

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) defendeu o projeto, dizendo que está sendo perseguido em seu estado pela Justiça Eleitoral, que lhe aplicou multas que quase chegaram a R\$ 300 mil.

Disse ainda que o mesmo está acontecendo com o senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

A CCJ decidiu sobrestar o projeto de lei do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), com parecer favorável de Ramez Tebet, na forma de um substitutivo, dispondo sobre normas e penalidades para a criação de cães ferozes, pois um projeto semelhante já foi aprovado em caráter terminativo pela comissão e já se encontra na Câmara. Por sugestão do presidente da comissão, senador José Agripino (PFL-RN), a CCJ vai recuperar o conteúdo do projeto que está na Câmara, comparar os dois projetos e adaptar a matéria, caso seja necessário.

Foi aprovado também pelos senadores um requerimento de Bernardo Cabral (PFL-AM) consignando um voto de aplauso à Rádio Difusora do Amazonas, pelo transcurso dos seus 51 anos de existência.

Entidade filantrópica ganha terreno da sede em Fortaleza

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou projeto do Executivo doando à Sociedade de Assistência aos Cegos de Fortaleza o imóvel localizado à Rua Bezerra de Menezes, nº 892, no bairro do Alagadiço, na capital cearense. A entidade funciona nesse endereço há mais de 56 anos e possui apenas o usufruto do imóvel.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da matéria, ressaltou que a Sociedade de Assistência aos Cegos de Fortaleza, além de deter, de forma lícita, o usufruto do imóvel a ser doado, tem nele edificada a sua sede e presta relevantes serviços nas áreas de saúde e de assistência social.

“A doação do imóvel constitui medida de inteira justiça”, afirmou Lúcio Alcântara, acrescentando que a entidade promoveu várias benfeitorias no local, destinadas a melhor atender os beneficiários. A regularização do imóvel, segundo o senador, dará tranquilidade à instituição para a continuidade dos seus trabalhos.

Na mesma reunião, a comissão acolheu pedido de vista do projeto do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que altera dispositivos da lei das licitações e contratos administrativos. O projeto tem por objetivo facilitar a doação de terrenos para igrejas e concessão de funcionamento de bancas de jornais.

Propostas sobre fundo contra a pobreza serão apreciadas em conjunto

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decidiram aguardar as propostas da Comissão Especial para a Erradicação da Pobreza para aprovar, em conjunto, essas sugestões e a emenda constitucional que cria um Fundo de Combate à Pobreza, de autoria do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. A proposta foi feita pelo relator da emenda, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), e aceita pela unanimidade da comissão.

Lúcio Alcântara adiantou que já deu

parecer favorável à Emenda Constitucional n.º 67, que altera o Ato das Disposições Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A proposta de emenda estabelece a instituição de um fundo, durante os exercícios financeiros da União de 2000 a 2010, com o objetivo de “viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência”. Os recursos do fundo, acrescentou, devem ser aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, re-

forço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida.

De acordo com a proposta, ficam instituídos vários recursos para compor o fundo, oriundos, principalmente, da arrecadação de impostos de renda e sobre operações de câmbio, crédito, seguro ou valores mobiliários, bem como do Fundo Social de Emergência.

Há ainda recursos que deverão vir da contribuição social progressiva sobre o faturamento de pessoas jurídicas, da contribuição voluntária de pessoas físicas, adicionais de impostos aplicados sobre bens de luxo e superfluos e ainda recursos das movimentações financeiras realizadas nas transferências internacionais de não-residentes, dentre outros.

Alcântara quer vigilância severa contra a Aids

Senador convida governo e população a não relaxarem na luta contra a doença em função dos bons resultados alcançados pelo país, que reduziu a expectativa de infectados em 1999 de 1,2 milhão para 500 mil

Alcântara: Aids está mudando de perfil no Brasil e penetrando nas camadas mais pobres



Ao discursar no Dia Mundial de Combate à Aids, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) conclamou governo e sociedade a não relaxarem na vigilância em relação à doença, em função dos bons resultados obtidos no país. "Ao contrário, é preciso que todos se empenhem ainda mais para consolidar e ampliar essas conquistas", afirmou.

O senador pelo Ceará informou que o programa de fornecimento gratuito de medicamentos aos aidéticos, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), hoje beneficia mais de 50 mil pacientes, a um custo anual de R\$ 961 milhões. "Com ele, foi possível a redução de óbitos causados pela Aids, de 21% no Rio de Janeiro e 36% em São Paulo", disse.

Também foi registrada em nível nacional, segundo Alcântara, uma dimi-

nuição no consumo de medicamentos usados por aidéticos no tratamento de infecções oportunistas. "Com a terapia anti-retroviral, foi possível obter uma sobrevida para os doentes, com melhor qualidade, bem como diminuição de internações hospitalares e aumento das consultas ambulatoriais", destacou.

O senador chamou a atenção para o fato de que a epidemia de Aids no Brasil está mudando de perfil, o que demanda modificações na linha oficial de combate à doença. "Estamos assistindo à feminilização, com conseqüências na contaminação de bebês, à juvenilização – doentes cada vez mais jovens – além de pauperização e interiorização da doença", observou.

Alcântara afirmou que o fato de o programa do Ministério da Saúde estar sendo elogiado no mundo inteiro

não exime as autoridades da necessidade de se empenharem em novas iniciativas. "Uma prioridade inquestionável é a adoção de ações de educação sexual e prevenção da Aids e uso indevido de drogas dirigidas para crianças e adolescentes no sistema formal e informal de ensino, não como disciplina, mas permeada no ensino como um todo."

Em aparte, Tião Viana (PT-AC) disse que um dos desafios da sociedade é diminuir a ocorrência da gravidez precoce que hoje soma 34 mil casos anuais em meninas entre dez e 14 anos. "Esse é um fator agravante na incidência de Aids." Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que o fornecimento gratuito do coquetel anti-retroviral conseguiu baixar o número total de infectados no Brasil, de uma previsão de 1,2 milhão em 1999, para 500 mil.

Cândido reivindica mais recursos para área social

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) protestou contra a "drástica" redução dos recursos para a educação e saúde no Orçamento do próximo ano, conforme anunciou o governo. Ele frisou que a decisão atinge em cheio as crianças e adolescentes brasileiras, agravando ainda mais os problemas sociais:

– De nada adiantará perseguir a estabilidade econômica sacrificando o povo, especialmente a infância e a adolescência – afirmou, ao cobrar do governo Fernando Henrique mais recursos para a criação de

programas de apoio às crianças carentes.

O senador pintou um quadro sombrio da atual situação social brasileira e garantiu que, com a redução dos recursos, o problema só tende a crescer. Segundo informou, o uso da mão-de-obra infantil ainda é preocupante, 20 milhões de menores vivem em famílias com renda inferior a meio salário mínimo e a mortalidade infantil campeia pelo país, em decorrência de doenças relacionadas à fome e à desnutrição.

Por tudo isso, no entender do senador, não há muito o que festejar no 40º aniversário da Declaração dos Direitos da Criança, comemorado este mês. Para ele, de acordo com estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a desigualdade social continua a ser o traço marcante na sociedade brasileira, atingindo principalmente crianças e adolescentes.

Cândido afirma que situação social no Brasil só tende a se agravar

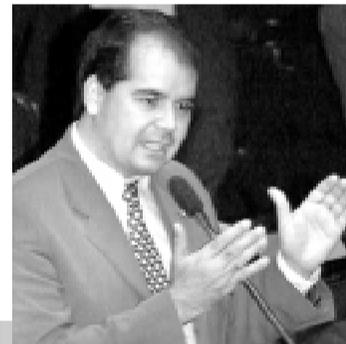


Viana acha que combate à doença deve ser prioridade para todos os países

Ao registrar que ontem, por iniciativa da Organização Mundial de Saúde, comemorou-se o Dia Mundial de Combate à Aids, o senador Tião Viana (PT-AC) defendeu que o assunto seja tratado como prioridade em todos os países. Ele elogiou que o Ministério da Saúde, através da Coordenação de Doenças Sexualmente Transmissíveis, venha cumprindo o seu papel no Brasil:

– Através de uma articulação efetiva com a sociedade civil, com ONGs e com a comunidade científica internacional, o Ministério da Saúde tem conseguido frear a progressão desordenada que havia em relação ao número de novos contaminados pelo vírus da Aids – observou.

De acordo com dados citados por Tião Viana, há 12 anos apenas 0,12% dos jovens entre 15 e 26 anos fazia uso de preservativo. Hoje, completou o senador, 44% das pessoas nessa mesma faixa etária utilizam a camisinha durante suas relações sexuais. Ele opinou que o crescimento do per-



Tião Viana citou dados sobre o aumento do uso de preservativos entre a população jovem

centual significa uma conquista de informação da população, mas manifestou preocupação com os 56% restantes que ainda não utilizam preservativo.

Para o senador pelo Acre, é fundamental que todo cidadão que ainda não compartilhou da responsabilidade que tem em relação à prevenção da Aids exerça o seu papel. Ele citou como exemplo a ser seguido o de um

caminhoneiro, que, preocupado com a transmissão da doença, participou de um concurso e foi premiado por ter criado um *slogan* ("Transar sem camisinha é como dirigir na contramão") para ser utilizado em placas e traseiros de caminhões do Brasil.

Tião Viana também destacou a atuação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que, através de parcerias com empresários e comissões de prevenção de acidentes, tem atuado nas grandes fábricas de São Paulo no sentido de esclarecer sobre a doença. O senador também registrou que a Aids deixou de atingir grupos específicos e está infectando toda a sociedade:

– Estudos apontam que hoje o número de mulheres infectadas pelo vírus da Aids já é maior do que o número de homens infectados. A proporção é de um para um. Hoje a doença atinge indiscriminadamente não mais por grupos de risco, mas por comportamento de risco que o indivíduo possa ter – explicou Tião Viana.

Siqueira Campos defende exame obrigatório em grávidas

Alarmado com o avanço do vírus HIV em gestantes que podem dar à luz a bebês contaminados, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) defendeu a obrigatoriedade do exame anti-aids em grávidas. O senador fez um apelo ao Ministério da Saúde para que envie ao Congresso projeto neste sentido, incluindo a obrigatoriedade do fornecimento do AZT:

– São providências da área da saúde pública que não podem ser procrastinadas, sob pena de crescer as-

sustadoramente o número de crianças infectadas pelo vírus HIV no país – disse Eduardo Siqueira Campos, confiante que o ministro da Saúde, José Serra, tomará medidas para solucionar o problema.

O representante do Tocantins informou que de cada cem mulheres que dão à luz no estado de São Paulo, seis mil estão infectadas. "Se fossem realizados exames para detectar o HIV no período pré-natal e, em caso positivo, se a gestante for tratada



Eduardo Siqueira Campos: providências de saúde pública que não podem ser adiadas

com AZT, assim como o recém-nascido em seu primeiro mês de vida, apenas 2% das crianças seriam portadoras do vírus."

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – Senado em Pauta
7h – Saúde Todo Dia – Voleibol
7h30 – Especial Unip – Gota – medicina do futuro
7h55 – Senado em Pauta
8h – Jornal do Senado
8h25 – Senado em Pauta
8h30 – Entrevista – Senador Freitas Neto fala sobre a situação das estradas brasileiras
8h55 – Senado em Pauta
9h – Debate – Senador Artur da Távola e o prof. de Direito da UnB, Alexandre Bernardino, falam sobre a Constituição e o Direito achado na rua
10h – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – Comissão de Infra-Estrutura (gravado)
19h – Cores do Brasil – Folclore do Maranhão
19h30 – Debate – Senador Gilberto Mestrinho e Mary Allegretti falam sobre projetos ambientais para a Amazônia
20h30 – Entrevista – Senador Freitas Neto fala sobre a situação das estradas brasileiras

21h – Jornal do Senado
21h30 – Debate – Senador Artur da Távola e o prof. de Direito da UnB, Alexandre Bernardino, falam sobre a Constituição e o Direito achado na rua
22h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
10h – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – A Voz do Brasil
Em seguida – Música e informação
20h30 – Senado em Linha Direta – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação

Suplicy cobra resgate da dívida social

Parlamentar reconhece melhora em certos indicadores, mas afirma que a performance do governo Fernando Henrique Cardoso na área social está muito aquém do esperado

Embora alguns indicadores tenham melhorado, o resgate da dívida social continua a exigir ação mais eficaz das autoridades, afirmou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), tomando como base os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) realizada pelo IBGE. Ela aponta queda de 0,9% na renda do trabalhador em 1998.

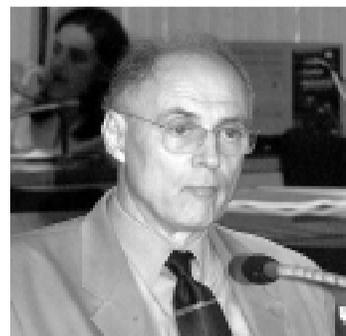
Lembrando pronunciamento feito em 15 de dezembro de 1994 pelo então senador e presidente eleito Fernando Henrique Cardoso sobre as perspectivas de melhoria nos índices

sociais, Suplicy destacou que os avanços estão aquém do esperado. "Que será dos milhões de adultos analfabetos e semi-analfabetos inempregáveis pela indústria, pelos serviços e até pela agricultura moderna? Ao menos os filhos deles terão direito à esperança de uma vida melhor?", perguntava o então senador Fernando Henrique na ocasião.

A pesquisa do IBGE mostra, conforme Suplicy, que os 10% mais ricos da população concentram 46,5% da renda, enquanto a metade mais pobre da população ocupada só detém 14% da

renda total, embora persista uma tendência lenta de desconcentração da renda. Já o desemprego, que era de 7,8% em 1997, subiu para 9% em 1998, sendo que a agricultura registrou a perda de 433 mil postos de trabalho no ano passado.

Um dado favorável, segundo Eduardo Suplicy, é que o número de crianças entre cinco e 14 anos que se encontram trabalhando caiu de 4 milhões para 2,9 milhões, "mas é preciso avançar com maior rapidez para erradicação do trabalho infantil", completou o senador.



Citando dados do IBGE, Suplicy lamentou o processo de concentração de renda no país



Carlos Bezerra responsabiliza o governo federal pela recente alta nos preços

Carlos Bezerra alerta para o perigo de volta da inflação

"Crescendo mês a mês, os preços de bens e serviços em outubro trouxeram para os brasileiros o receio de estarem engatados numa marcha a ré", afirmou o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), percebendo sinais de volta da inflação. O senador apresentou levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que indica a taxa de 1,7% para o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) de outubro. A FGV prevê índices de inflação perto de 2% para novembro.

O senador disse que o país precisa estar atento para evitar o retorno da espiral inflacionária, mas salientou que o governo tem responsabilidade pelos primeiros indícios de volta da inflação, por ter autorizado reajustes de preços controlados, como os de remédios, tarifas públicas e combustíveis.

– Depois de conviver com a estabilidade nesses últimos cinco anos, o brasileiro não quer a volta da inflação. Mesmo porque a população não tem mais como apertar o cinto. Os empregos estão cada vez mais escassos, a luta pela manutenção de um posto de trabalho é árdua, os salários estão comprimidos ao grau máximo. Pensar em ter a inflação de volta é instalar o terror na mente dos brasileiros – alertou.

Sebastião Rocha pede à CPI do Narcotráfico para estender as investigações ao Amapá

Em apelo dirigido à presidência e à relatoria da CPI do Narcotráfico, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) pediu que a comissão estenda suas investigações ao Amapá, devido a fortes indícios de que uma rede do crime organizado estaria atuando no estado. Com notícias divulgadas na imprensa local, depoimentos já prestados à Polícia Federal e documentos a que teve acesso, o senador elaborou um dossiê que entregará oficialmente à CPI, acompanhado de solicitação para que pelo menos duas testemunhas sejam ouvidas: Mirian Loren Flexa Chagas e Nivaldo Sousa Ramos.

Segundo relatou o senador, em 11 de maio de 1997 o médico Valdson Rocha Ferreira e sua namorada, Aldenise Costa, foram assassinados. Em agosto, Mirian Chagas depôs no Ministério Público e citou o envolvimento de parlamentares e empresários no planejamento da morte do médico. Referiu-se também, continuou Sebastião Rocha, à existência de uma rede



Segundo Rocha, pode haver envolvimento de parlamentares no crime organizado no Amapá

de tráfico de drogas e armas e de falsificação de dinheiro com conexões na Guiana Francesa. Como implicados nos assassinatos, a depoente denunciou, entre outros, Nivaldo Sousa Ramos, agora cumprindo pena na penitenciária de Macapá. No julgamento, Nivaldo dispôs-se a colaborar nas in-

vestigações caso fosse incluído no programa de proteção às testemunhas do Ministério da Justiça.

Sebastião Rocha afirmou que proporá a inclusão das duas possíveis testemunhas da CPI do Narcotráfico no programa de proteção, mesmo porque Mirian Chagas, ameaçada de morte, encontra-se em lugar conhecido apenas pela Polícia Federal. Entre suas denúncias, o senador também destacou a utilização de um avião – de prefixo PT-22257-B-SA, supostamente de um deputado estadual de Roraima – no transporte de drogas entre Macapá e Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa.

Em dois outros registros, Sebastião Rocha anunciou a criação, na Comissão de Assuntos Sociais, da Subcomissão de Saúde, e a realização, no próximo sábado, da Convenção Estadual do PDT do Amapá e da Convenção Municipal do PDT de Macapá. Ambas definirão as diretrizes de atuação partidária para as eleições do ano 2000.



Nabor atribuiu o prêmio concedido pelo jornal à "importância institucional" do Senado

presentantes no Congresso Nacional, à seriedade, à dedicação e à competência da imprensa acreana – afirmou o senador.

Nabor Júnior recebe no sábado homenagem de jornal do Acre

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) foi eleito Destaque Político de 1999 pelo jornal *O Rio Branco*, em seleção organizada pela colunista Rubedna Braga. A escolha dos destaques do ano em diversas áreas movimentou todos os setores da sociedade: lideranças culturais, representantes políticos, empresários, personalidades artísticas e divulgadores.

– Atribuo esse galardão mais à importância institucional desta Casa do que à minha humilde

participação em suas atividades cotidianas – disse Nabor ontem, ao anunciar no plenário a realização da 14ª edição do Destaque 99. A solenidade de entrega dos títulos ocorrerá no sábado à noite nos salões do Pinheiro Palace Hotel, em Rio Branco.

Nabor Júnior requereu ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que envie mensagem à colunista parabenizando-a pela iniciativa.

– Será o reconhecimento de todo o Brasil, através de seus re-

Amorim diz que falta coerência a FHC em relação à reforma agrária

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) reclamou ontem do ritmo de implementação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) e pediu a interferência da presidência do Senado na liberação de recursos orçamentários destinados aos estados mais pobres.

– É preciso coerência. O presidente dizia uma coisa e o que acontecia era outra. É preciso que a prática realize a palavra. Não se pode falar uma coisa e fazer outra – afirmou o senador, ao criticar declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso de que está assentando centenas de milhares de sem-terra e destinando cerca de US\$ 1,5 bilhão por ano ao Pronaf.

Ernandes Amorim disse que os recursos do Pronaf não estão sendo liberados em Rondônia, que já tem 11 acampamentos de sem-terra, sendo que um deles está ocupando a Fazenda Urupá. O senador explicou que a fazenda ocupa-

da é produtiva e que existem guerrilheiros entre os invasores. Segundo o senador, o Banco do Brasil, responsável pela distribuição desses recursos, estava restando o dinheiro, pela falta de projetos técnicos.

– Mas, a realidade do setor econômico nesse governo é assim mesmo. Não liga para o que o presidente diz. Até chamam de "lixo" relatório de comissão desta Casa, e, quando demitidos, saem elogiados por companheiros e chefes que continuam nos cargos que ocupam. O que o governo faz tem que corresponder ao que o presidente diz. Ou então não é o presidente que tem a autoridade – observou.

Ernandes Amorim disse ainda que as palavras do presidente da República em fóruns internacionais, onde esteve recentemente, não correspondem à realidade de seu governo. "É essa postura de esconder a realidade é equivocada. Pode servir a um diplomata, não a um estadista", alertou. Para o senador, não há necessidade de fingir que o Brasil está bem e é tolice pensar que com isso se vai atrair capital estrangeiro. "Significa apenas que os velhos sugadores de sempre afiarão os dentes e agirão com mais voracidade", ressaltou Amorim.

O senador também protestou contra o que chamou de "dilapidação do patrimônio nacional", praticada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), quando financia a privatização de estatais para empresas estrangeiras.



Amorim: "Não se pode falar uma coisa e fazer outra"